REPÚBLICA PORTUGUESA
MINISTRA DA DEFESA NACIONAL

Helena Carreiras

Ministra da Defesa Nacional

Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião do Dia do Combatente.

Batalha, 1 de abril de 2023

Neste Dia do Combatente recordamos e homenageamos, com um profundo sentido de gratidão, as nossas e os nossos Combatentes. Celebramos o contributo vital que estes homens e mulheres deram e continuam a dar ao serviço do país para garantir a segurança e a liberdade dos portugueses. Aos que combateram e já não se encontram fisicamente entre nós, deixo uma palavra de profundo agradecimento às suas famílias.

Ao reconhecermos o papel dos Combatentes, é importante que tenhamos presente que, a par das consequências políticas e sociais da guerra, esta é feita de sacrifícios e de dor – onde muitos se superam e sofrem no corpo e na alma o preço pelo dever cumprido, e em idades muito jovens. E importa também reconhecer as repercussões que isso tem para os seus entes próximos que sofrem, igualmente, as consequências de uma vida afetada pela guerra.

Deixo, por isso, uma palavra de enorme apreço a todos os Antigos Combatentes e Deficientes Militares, bem como às suas famílias e aos dirigentes das associações, pelo seu incansável trabalho.

Destaco, em particular, a ação da Liga dos Combatentes, cujo trabalho conta já com um século de auxílio inestimável à ação do Estado na dignificação dos Antigos Combatentes, no apoio social, na proteção dos mais carenciados, na preservação da memória, de monumentos, sítios e cemitérios onde jazem combatentes, e que representa um dos maiores símbolos do respeito profundo que lhes devemos.

Mas também às várias outras Associações de Combatentes, que saúdo pela sua ativa dedicação de décadas de luta pela defesa dos interesses dos Antigos Combatentes.

Todas estas Associações dão voz aos Antigos Combatentes, espalhados pelo país e pelo mundo, proporcionando-lhes momentos de real partilha, para além das fundamentais dimensões de interajuda e auxílio mútuo, que devem ser devidamente valorizadas.

Estas pessoas têm sabido dignificar aqueles que combateram, dedicando-se a esta nobre causa como seus Embaixadores.

Minhas senhoras e meus senhores,

Além da preservação e promoção da memória histórica, esta homenagem que hoje prestamos aos nossos Combatentes, constitui um dever e uma responsabilidade do Estado, e de toda a sociedade. Deve, por isso, materializar-se através de ações concretas, que dignifiquem todos aqueles e aquelas que lutaram pela pátria. Como tal, o assinalar de datas como o Dia do

Combatente não decorre de um mero exercício de ocasião, mas sim de uma necessidade premente de manter viva a memória coletiva que nos caracteriza e fortalece enquanto nação.

Esta memória é ancorada pela extensa participação dos nossos Combatentes em missões no país e no estrangeiro. A sua presença e emprego refletem a defesa do país, mas também a defesa da ordem internacional baseada em regras e valores partilhados, como a Democracia e os Direitos Humanos.

O regresso da guerra à Europa representa talvez o maior desafio atual para a segurança internacional. É uma guerra com consequências sistémicas para a Europa e para o mundo. Para além de afetar a soberania do povo ucraniano, acarreta graves consequências para o sistema das Nações Unidas, assente nos

princípios da soberania e da integridade territorial, os quais estão a ser manifestamente violados pela Rússia.

Desencadeou também um perigoso confronto de narrativas sobre o significado da comunidade internacional, confrontada com crescentes ameaças ao Estado de Direito em todo o mundo.

Portugal não aceita esta deterioração dos fundamentos da ordem multilateral em que nos inserimos. É por isso que temos sido parte ativa e responsável no apoio constante à Ucrânia a diversos níveis. Para além do material militar enviado e da ajuda humanitária concedida, teremos, ao longo desde ano, cerca de 20 militares empenhados na missão de assistência militar da União Europeia à Ucrânia, na qual participamos através do treino de militares ucranianos em território da União Europeia. Este apoio reflete o

modo como assumimos todas as nossas responsabilidades enquanto parceiro internacional de confiança.

Aqueles que servem Portugal através de todos estes esforços, devem merecer, de todos nós, o maior respeito e admiração – e por isso endereço uma palavra especial aos mais de 4500 militares que hoje participam em missões e operações em território nacional e por todo o mundo, em alguns casos em contextos extremamente voláteis e perigosos.

Uma das principais ilações que retiramos da atual guerra, da Grande Guerra, da Batalha de La Lys, assim como de todos os conflitos subsequentes, é, precisamente, a necessidade de um investimento contínuo na Defesa Nacional, abrangendo um leque diversificado de capacidades.

Este é um investimento no qual o Governo tem vindo a apostar, e de que é exemplo a recente aprovação no Conselho de Ministros da maior proposta de Lei de Programação Militar de sempre, que visa justamente permitir fornecer condições adequadas às Forças Armadas para poderem cumprir as várias missões que lhes estão incumbidas. Ao assegurarmos hoje as condições e capacidades necessárias, estaremos também a garantir a proteção e segurança dos Combatentes do futuro e de Portugal.

Não há dúvida de que as nossas Forças Armadas se regem pelos valores sociais pelos quais nos pautamos, como garante que são da soberania e coesão nacional.

É por isso que a preservação da memória é de extrema importância, a par da dignificação dos nossos Combatentes.

Compete a cada um de nós agir para que a memória persista e para diariamente afirmarmos a importância da Defesa Nacional. As Forças Armadas são fundamentais para a salvaguarda dessa memória coletiva e elementos essenciais no reforço da cidadania, do estado de direito e da construção da Paz.

Os esforços do Governo neste sentido incluem promover iniciativas como o Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz; a concessão de subsídios para desenvolvimento de projetos de investigação sobre Defesa Nacional; mas também o próprio Ensino Superior Militar, enquanto promotor de conhecimento que contribui para a aproximação à sociedade e para uma melhor compreensão sobre o universo da Defesa.

Aproveito ainda esta ocasião para destacar mais uma iniciativa de relevo neste sentido, que é o lançamento da 2ª edição do Prémio

Literário Antigos Combatentes - Memórias Militares, cujas candidaturas estão abertas até 15 de junho. Este prémio visa distinguir uma obra literária associada à memória dos nossos Combatentes. Desta forma, procura-se homenagear os ex-militares e militares que combateram com abnegação e sacrifício, lealdade, coragem e camaradagem em diferentes teatros, premiando e divulgando as suas obras literárias.

A continuidade deste prémio é fruto da elevada adesão na edição inaugural e do seu significado para quem nela participou. O Prémio reflete mais um esforço importante de divulgação que concorre para a edificação da nossa história coletiva.

Existe um compromisso claro e um trabalho diário no prosseguimento da valorização e dignificação dos Antigos Combatentes, através de políticas como o Estatuto do Antigo

Combatente e os direitos e benefícios que dele decorrem. Destacaria os cerca de 400 mil cartões de Antigo Combatente e de viúva ou viúvo de Antigo Combatente já emitidos; o Complemento Especial de Pensão; a Isenção do pagamento de taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde; a entrada gratuita em museus e monumentos nacionais; ou ainda a gratuitidade do passe de transportes públicos.

Mas queremos continuar a fazer mais e melhor. Estamos empenhados no desenvolvimento de medidas que vão ao encontro das suas necessidades, em especial aquelas que são dirigidas aos mais vulneráveis.

Neste quadro, foi promovido o Balcão Único da Defesa, e estamos a robustecer programas de apoio já existentes, como a Rede Nacional de Apoio no âmbito do Stress Pós-Traumático, o Plano

de Ação de Apoio aos Deficientes Militares e o Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar, dirigidos aos Antigos Combatentes e aos deficientes militares.

Todos estes instrumentos, tal como o Passe dos Antigos Combatentes, revestem-se de enorme importância para a vida quotidiana dos que serviram o país, sabemo-lo bem. Entre janeiro e setembro do ano passado foram emitidos mais de 75 mil passes. Sabemos que a operacionalização desta medida tem enfrentado alguns percalços, muito devido a questões burocráticas que estamos felizmente a conseguir ultrapassar. O que posso garantir é que tudo farei para que os utentes continuem a usufruir na íntegra dos seus direitos, o que considero ser da mais elementar justiça.

O país deve conhecer melhor o serviço dos nossos Combatentes.

Precisamos de renovar diariamente o contrato social na Defesa Nacional para construir as Forças Armadas e a Defesa de que Portugal precisa. Estamos juntos nesse esforço.

Muito obrigada.